

Gestão escolar, financiamento da educação e educação especial: um estado do conhecimento (2016–2025)DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2026.24.2.12397>Elizete Jankoski Nogatz¹, Rosenei Cella²

Resumo: Apesar dos avanços nas discussões sobre gestão escolar e educação inclusiva, a articulação dessas dimensões com o financiamento da Educação Especial permanece escassa na literatura nacional. Diante dessa lacuna, este estudo objetiva analisar como a produção acadêmica brasileira abordou a interseção entre gestão escolar, financiamento da educação e Educação Especial no período de 2016 a 2025. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estado do conhecimento, desenvolvida por meio de mapeamento bibliográfico no SciELO, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódicos da CAPES. O *corpus*, composto por artigos, teses e dissertações selecionados mediante descritores específicos, foi submetido a processos de categorização e análise crítica. Os resultados revelam a centralidade da gestão na efetivação da inclusão escolar e na aplicação dos recursos, evidenciando que modelos democráticos e participativos potencializam a implementação dessas políticas. Contudo, confirma-se que o financiamento da área ainda é subexplorado no debate científico. Conclui-se que o trabalho oferece subsídios teóricos fundamentais para compreender a atuação gestora na materialização de diretrizes inclusivas, mapeando lacunas que descortinam caminhos para futuras investigações.

Palavras-chaves: Gestão Escolar, Financiamento da Educação, Educação Especial, Políticas educacionais.

School Management, Education Financing, and Special Education: A State-of-the-Art Review (2016–2025)

Abstract: Despite advances in discussions regarding school management and inclusive education, the integration of these dimensions with Special Education funding remains under-explored in the national literature. Addressing this gap, this study aims to analyze how Brazilian academic literature has approached the intersection of school management, education funding, and Special Education between 2016 and 2025. Methodologically, this is a qualitative "state-of-knowledge" study conducted through a bibliographic mapping across SciELO, the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), and the CAPES Journal Portal. The corpus—comprising articles, theses, and dissertations selected using specific keywords—underwent categorization and critical analysis. The results reveal the pivotal role of management in realizing school inclusion and allocating resources, highlighting that democratic and participatory models enhance the implementation of these policies. However, the study confirms that funding in this field remains under-explored in scientific discourse. It concludes that this work provides essential theoretical insights for understanding the role of management in putting inclusive guidelines into practice, while identifying gaps that open avenues for future research.

Keywords: School Management; Education Financing; Special Education; Educational Policies.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, Joaçaba, Santa Catarina, Brasil. E-mail: elizetenogatz@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1503-2104>

² Doutora em Educação pela Universidade de Passo Fundo – UPF. Pós doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. E-mail: rosenei.cella@uffs.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5054-1268>

Introdução

Nas últimas décadas, o debate acerca da efetividade das políticas voltadas à inclusão e à equidade educacional tem destacado o papel central da gestão escolar na implementação de ações que garantam o direito à educação a todos os sujeitos, especialmente aos estudantes da Educação Especial. Diante disso, a problemática deste estudo consiste em elucidar de que maneira o financiamento dessa modalidade tem sido abordado na literatura que discute a gestão no contexto das políticas educacionais brasileiras. Para tanto, estabeleceu-se como objetivo central analisar, por meio de uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, a articulação entre gestão escolar, financiamento da educação e Educação Especial nas produções acadêmicas nacionais no período de 2016 a 2025.

Complementarmente, definiram-se os seguintes objetivos específicos: a) mapear as produções acadêmicas (teses, dissertações e artigos) que articulam a gestão escolar, o financiamento da educação e a Educação Especial; e b) analisar de que forma a gestão escolar é representada no processo de implementação e alocação dos recursos destinados a essa modalidade. Partiu-se da hipótese de que a intersecção entre essas três dimensões ainda é incipiente na literatura científica. Diante desse cenário, justifica-se a relevância desta investigação, cujo propósito é adensar as discussões sobre as temáticas em tela.

Fundamentação teórica

Nos cenários nacional e internacional, a gestão escolar tem se consolidado como eixo central nos debates sobre a qualidade da educação (Todos pela Educação, 2022). Trata-se de um campo que exige dos profissionais uma atualização contínua, indispensável para acompanhar as rápidas transformações nas práticas curriculares e pedagógicas. Sob esse prisma, Cruz (2024, p. 4) sublinha que “a responsabilidade do gestor escolar abrange desde a administração de recursos humanos até a implementação de políticas públicas, sendo um elo essencial entre a comunidade e as diretrizes educacionais”. Diante disso, a atuação gestora transcende a mera burocracia administrativa, configurando-se como a engrenagem fundamental para a materialização dessas diretrizes no cotidiano escolar.

Compõem a gestão escolar um conjunto de ações e práticas que visam organizar, planejar e coordenar as atividades de uma instituição de ensino, envolvendo professores,

funcionários, estudantes e famílias (Portela; Reis; Itaboraí, 2021), com o objetivo de assegurar o funcionamento do espaço escolar e promover um ambiente participativo e democrático que favoreça o processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse contexto, a gestão envolve a participação ativa de diversos agentes, o que implica compreender a escola como um espaço coletivo de decisões, no qual se busca atender aos interesses de todos os envolvidos no processo educativo (Oliveira; Mourão, 2025).

A discussão sobre o financiamento da educação pública brasileira constitui elemento central na análise das políticas educacionais, especialmente quando se considera a garantia do direito à educação sob uma perspectiva inclusiva. Sob esse prisma, propõe-se um debate ancorado na literatura especializada e nas contribuições de pesquisadores de referência no campo.

No campo do financiamento da educação, Cella (2019, p. 86) ressalta que:

A diversidade de temáticas que fazem parte das pesquisas que compõem área do financiamento da educação, no campo das políticas educacionais ou como política educacional, revela a dimensão e a importância desta matéria, apresentando estudos que têm contribuído para a compreensão do funcionamento da engenhosa dinâmica do financiamento da educação pública em um país extenso e com grandes disparidades regionais, o que é crucial para fundamentar a defesa da educação pública e de seu fortalecimento.

O financiamento da educação básica no Brasil trata dos recursos financeiros destinados à manutenção e desenvolvimento das instituições educacionais e programas de ensino. Esse processo ocorre em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e municípios, com recursos provenientes de vinculações constitucionais, fundos redistributivos e programas federais (Cella, 2019).

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) constitui o marco basilar do direito à educação no Brasil, consagrado em seus artigos 6º e 205 como um direito de todos e dever do Estado e da família. No que tange ao suporte financeiro, o artigo 212 institucionalizou a vinculação mínima de receitas de impostos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, consolidando a base jurídica necessária para assegurar o acesso, a permanência e a qualidade da oferta educacional. Essa estrutura normativa foi densificada com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, que regulamentou o sistema de ensino e fortaleceu o regime de colaboração entre os entes federados, em consonância com o artigo 211 da Carta Magna. Assim, a LDB/1996

consolidou os mecanismos de gestão e financiamento da educação básica brasileira. Contudo, a materialização dessas garantias transcende o texto legal, dependendo diretamente da execução de políticas públicas estruturadas e de uma alocação orçamentária eficiente.

O financiamento da Educação Especial no Brasil é tensionado pela atuação de grupos hegemônicos que disputam recursos públicos, o que frequentemente obstaculiza a efetivação plena do direito à educação (Lievore; Melo, 2025). Essa assimetria se reflete também no campo científico. Conforme apontam Souza et al. (2020, p. 3), “constata-se, nesse período de vigência dos fundos, uma expansão na produção de pesquisas sobre financiamento da educação, porém, em relação ao financiamento da educação especial o acúmulo ainda é tímido”. Essa lacuna teórica reitera a urgência de investigações que verticalizem a análise sobre as disputas políticas na área e seus desdobramentos na garantia de uma educação efetivamente inclusiva.

O financiamento educacional não se restringe apenas à alocação de recursos financeiros, pois ele abrange aspectos mais amplos, como a promoção da equidade no acesso à educação, a garantia da qualidade do ensino oferecido e, por conseguinte, o fomento ao desenvolvimento socioeconômico de uma nação. De acordo com Fernandes e Bassi (2021, p. 737), “o debate sobre educação e qualidade, e de como esse padrão se associa ao financiamento da política educacional é recorrente”. Em decorrências dos debates, as políticas públicas ganham força, impulsionando investimento, elaboração e aprovação de legislação.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a diretriz “tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais” (Brasil, 2008, p. 10). Sob essa ótica, a materialização dessas prerrogativas legais demanda que as políticas públicas sejam respaldadas por um financiamento orçamentário suficiente e por ações coordenadas que assegurem sua efetiva exequibilidade nas redes de ensino.

Metodologia

Com o propósito de mapear os debates sobre gestão escolar, financiamento da educação e Educação Especial na literatura científica, estabeleceu-se um recorte temporal

de dez anos (2016–2025). A investigação fundamenta-se na abordagem qualitativa, compreendida como um processo de reflexão e análise da realidade que, mediante o emprego de procedimentos técnicos específicos, viabiliza a compreensão detalhada do objeto de estudo em sua dimensão histórica e estrutural (Oliveira, 2007, p. 37).

Esta investigação caracteriza-se como um estudo bibliográfico na modalidade de estado do conhecimento. Conforme preconizam Morosini e Fernandes (2014, p. 155), essa abordagem metodológica compreende a identificação, o registro e a categorização do conhecimento acumulado em determinada área, a partir de um recorte temporal delimitado e do mapeamento de periódicos, teses e dissertações voltados a uma temática específica.

O levantamento da produção científica foi realizado no segundo semestre de 2025, mediante consultas às bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O levantamento dos dados baseou-se no uso dos descritores "gestão escolar", "financiamento da educação" e "educação especial". Posteriormente, realizaram-se os cruzamentos entre esses termos mediante o emprego do operador booleano *AND*, com vistas a identificar estudos que apresentassem interseção direta com o objeto da investigação.

Os critérios de inclusão estabelecidos abrangeram trabalhos publicados entre 2016 a 2025, indexados nas bases de dados selecionadas, redigidos em língua portuguesa e classificados como artigos científicos, dissertações ou teses. Adicionalmente, delimitou-se que as produções deveriam articular explicitamente a gestão escolar, o financiamento da educação, a educação especial e a educação inclusiva. A triagem inicial ocorreu por meio da leitura sistemática de títulos, resumos e palavras-chave, restando apenas os manuscritos que apresentavam aderência direta ao escopo desta investigação.

Por sua vez, os critérios de exclusão consistiram no descarte de trabalhos alheios ao recorte temporal e tipológico estabelecidos. Adicionalmente, foram eliminadas as produções que, após o exame minucioso de títulos, resumos e palavras-chave, não apresentavam aderência direta aos objetivos e à problemática desta investigação.

Encerrada a etapa de busca nas fontes consultadas, procedeu-se à triagem das produções identificadas para a detecção e eliminação de duplicidades. Nos casos em que um mesmo trabalho encontrava-se indexado em mais de uma base de dados, contabilizou-

se apenas uma ocorrência, assegurando a integridade e a unicidade do *corpus* final de análise.

Definido o *corpus* definitivo, procedeu-se à análise qualitativa dos estudos mediante o mapeamento das convergências e especificidades entre seus objetivos, aportes metodológicos e resultados. Os dados extraídos foram estruturados em eixos temáticos articulados à gestão escolar, à educação especial e ao financiamento da educação, uma categorização que viabilizou a identificação tanto das contribuições consolidadas quanto das lacunas remanescentes na literatura analisada.

Resultados e Discussão

Nesta seção, articulam-se a apresentação e a discussão dos resultados decorrentes do exame do *corpus* analítico. Os trabalhos selecionados foram sistematizados em categorias temáticas, com o intuito de evidenciar as principais tendências, lacunas e contribuições da literatura no que tange à interface entre gestão escolar, financiamento da educação e Educação Especial. Esse mapeamento oferece um panorama abrangente do estado da arte na área, permitindo vislumbrar a configuração atual e o alcance dos debates investigados.

Com a pesquisa inicial, obteve-se o seguinte resultado:

Quadro 1 – Descritores e resultados buscas

Descritores	BDTD	CAPES	SciELO
Gestão Escolar	1.779	1.082	134
Financiamento da Educação	369	590	132
Educação Especial	3.216	3.748	833
Total	5.364	5.420	1.099

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Aqui está uma proposta de reformulação para este trecho da sua metodologia. O foco aqui foi dar mais fluidez à explicação técnica do uso das aspas e do operador booleano, além de introduzir termos mais refinados (como "coocorrência") que são muito valorizados em metodologias de revisão de literatura. Conforme evidenciado no Quadro 2:

Quadro 2- Combinação dos descritores

Descritor	Base de dados	Nº de pesquisa iniciais	Total de selecionados
-----------	---------------	-------------------------	-----------------------

“Gestão escolar” AND “Educação Especial”	BDTD	67	00
	CAPES	67	04
	SciELO	08	01
“Gestão escolar” AND “Financiamento da Educação”	BDTD	21	02
	CAPES	34	04
	SciELO	00	00
“Educação Especial” AND “Financiamento da Educação”	BDTD	22	06
	CAPES	45	01
	SciELO	17	02
“Gestão escolar” AND “Educação inclusiva”	BDTD	72	05
	CAPES	40	02
	SciELO	03	00
	Total	396	27

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

O levantamento inicial nas bases de dados consultadas resultou em 396 produções. Desse total, realizou-se primeiramente a exclusão dos registros duplicados entre as plataformas. Na sequência, os trabalhos remanescentes foram submetidos à triagem mediante a leitura sistemática de títulos, resumos e palavras-chave. Esse procedimento visou selecionar os estudos estritamente alinhados ao objetivo da pesquisa, identificando a presença dos descritores "gestão escolar", "financiamento da educação" e "Educação Especial", bem como a articulação analítica e a interconexão teórica entre essas três dimensões. Foram também eliminadas as repetições entre os termos.

Concluídas as etapas iniciais de triagem, 27 textos foram selecionados para leitura na íntegra. O exame minucioso dessas produções, pautado na estrita consonância com o escopo da investigação, culminou na retenção de nove estudos para a composição do *corpus* analítico definitivo.

Após a leitura na íntegra dos estudos, foi realizada uma segunda etapa de seleção, cujos resultados estão apresentados no Quadro 3.

Quadro 3- Trabalhos selecionados

Autor(es)	Título	Palavras-chaves	Periódico	Ano de Publicação
Medeiros <i>et al.</i>	Gestão escolar e inclusão dos estudantes público da educação especial nas escolas comuns.	Educação Especial; Gestão Democrática; Inclusão; Produção Social da Deficiência.	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.105.	2024

Carvalho e Lino	Gestão escolar na educação inclusiva: a produção acadêmica stricto sensu paulista e uma realidade escolar.	Educação inclusiva; Educação especial; Gestão escolar.	Revista Educação Especial, v 36.	2023
Reis e Gouveia	Além dos professores especializados: a gestão escolar na Educação Inclusiva	Capacitismo; Gestão escolar; Inclusão.	Revista <i>Devir Educação</i> , Lavras, vol.7, n.1.	2023
França; Melo e Almeida	O financiamento educacional no Espírito Santo: o que dizem os gestores de Educação Especial.	Financiamento da Educação; Gestão Educacional; Educação Especial.	Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v30, n 117.	2022
Portela; Reis e Itaboraí	Gestão escolar e pandemia: Caminhos para uma educação inclusiva.	Deficiência. Inclusão; Pandemia; Narrativa (auto)biográfica.	Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica, v. 06, n. 17.	2021
França e Prieto	Financiamento da educação especial no município de Vitória: desafios à gestão.	Financiamento da educação; Educação especial; Administração pública; Transparência.	Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71.	2018
Andrade e Machado	Práticas sobre gestão escolar: Uma análise a partir do levantamento de teses e dissertações (2009 a 2015)	Práticas de gestão escolar; Gestão democrática; Autonomia e financiamento da Educação; Formação de gestor e Estado da questão.	Revista @mbienteeducação. Vol. 10 - nº 2.	2017
Santos e Panhoca	Gestão escolar e a política nacional de educação especial: as barreiras para a implementação de uma política pública	Inclusão; Diretor de escola; Política pública.	RPGE– Revista on line de Política e Gestão Educacional, v.21, n. esp.2.	2017
Autor/a	Título		Dissertação	Ano de Publicação
Souza.	Efetivação da educação inclusiva para estudantes com deficiência: Ações-reflexões da	Escola; Gestão Escolar; Educação Inclusiva; Inclusão; Grupo Gestor	Dissertação	2023

	gestão escolar.			
--	-----------------	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Na sequência, apresenta-se a análise dos trabalhos selecionados, organizada em categorias temáticas construídas a partir das recorrências identificadas nas produções. As categorias evidenciam as relações, convergências e especificidades dos estudos, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos para o embasamento desta pesquisa.

Gestão escolar e a efetivação da educação inclusiva

A análise do *corpus* selecionado permitiu delinear convergências e especificidades nas interfaces entre gestão escolar, financiamento da educação e educação especial. Para estruturar o debate, os trabalhos foram organizados em categorias temáticas emersas das recorrências observadas na literatura. A primeira categoria congrega as investigações que posicionam a gestão escolar como elemento fulcral para a efetivação da inclusão. Esses estudos evidenciam o protagonismo dos gestores na coordenação das práticas pedagógicas, na articulação institucional e na salvaguarda do direito à educação dos estudantes público-alvo da educação especial.

Os estudos de Medeiros et al. (2024), Carvalho e Lino (2023), Reis e Gouveia (2023), Santos e Panhoca (2017), Portela, Reis e Itaboraí (2021) e Souza (2023) compartilham o entendimento de que a gestão escolar desempenha papel relevante na efetivação da educação inclusiva. Embora concebidas em cenários diversos e sob múltiplos matizes metodológicos, as investigações demonstram que a atuação gestora constitui um vetor determinante na execução de políticas e práticas direcionadas à Educação Especial, ainda que cada produção focalize dimensões particulares desse processo.

Apesar dessa convergência, os estudos analisados apresentam enfoques distintos. Enquanto Medeiros et al. (2024), Carvalho e Lino (2023) e Souza (2023) enfatizam a atuação da gestão escolar no fortalecimento das práticas inclusivas, Santos e Panhoca (2017) direcionam a análise para as barreiras enfrentadas pelos gestores na implementação das políticas de inclusão. Já Portela, Reis e Itaboraí (2021), ao relatarem a experiência da gestão durante a pandemia, evidenciam estratégias construídas para assegurar o atendimento aos estudantes com deficiência em um contexto de excepcionalidade.

Financiamento da Educação Especial e sua interface com a gestão educacional

O segundo eixo temático congrega as investigações que examinam o financiamento da educação especial em sua interface com a gestão educacional. Os trabalhos analisados revelam que a consolidação dessas políticas públicas não depende exclusivamente do aporte de recursos financeiros, mas está intrinsecamente vinculada a processos de planejamento, transparência, fiscalização e organização administrativa da máquina pública.

Os estudos de França e Prieto (2018) e França, Melo e Almeida (2022) convergem ao destacar que a gestão dos recursos destinados à educação especial ultrapassa aspectos meramente técnico-administrativos, envolvendo também dimensões políticas relacionadas à transparência, ao controle social e à estruturação da política educacional. Em ambas as investigações, sobressai a preocupação com a sistemática de planejamento, execução e monitoramento orçamentário pelos sistemas de ensino, o que consagra o financiamento como um pilar indispensável para a materialização e a sustentabilidade das diretrizes dessa modalidade.

Em síntese, esse conjunto de evidências demonstra que a produção científica dedicada ao financiamento da educação especial permanece incipiente quando confrontada ao volume de estudos voltados à gestão escolar e às práticas inclusivas. Esse cenário descortina um nítido hiato na literatura, sinalizando a urgência de expandir investigações capazes de articular o aporte orçamentário, a gestão educacional e essa modalidade de ensino, a fim de apreender a mútua dependência dessas dimensões na materialização das políticas públicas.

Considerações finais

Esta investigação propôs-se a analisar, por meio de um estado do conhecimento, o tratamento conferido pela literatura acadêmica à interface entre gestão escolar, financiamento da educação e educação especial no período de 2016 a 2025. Os achados demonstram que essas dimensões se interconectam profundamente no campo das políticas públicas, ressaltando o protagonismo da ação gestora tanto na efetivação da inclusão quanto na otimização dos recursos destinados a essa modalidade. Ademais, o mapeamento permitiu diagnosticar tendências, avanços e, sobretudo, os hiatos que ainda

persistem na produção científica no que tange à articulação integrada dessas três vertentes.

Os achados sinalizam que a gestão escolar desempenha um papel determinante na operacionalização de políticas educacionais de viés inclusivo, notadamente no planejamento, na aplicação e no monitoramento dos recursos financeiros direcionados à educação especial. Sob essa perspectiva, este estudo potencializa o debate acerca da garantia do direito à educação inclusiva, ao cancelar a imperiosidade de aportes orçamentários condizentes, de práticas pautadas na gestão democrática e do emprego qualificado das verbas públicas como caminhos indispensáveis para a promoção da equidade e da justiça social.

Como um estado do conhecimento, esta investigação circunscreveu-se às produções indexadas nas bases de dados selecionadas e ao recorte temporal de 2016 a 2025. Por conseguinte, os achados refletem as fronteiras desse escopo e não exaurem a total complexidade da temática, sinalizando a relevância de futuros estudos que expandam o universo investigativo. Para tanto, recomenda-se a incorporação de outros indexadores, a adoção de múltiplas abordagens metodológicas e a verticalização das análises sobre a interface entre a atuação gestora e o financiamento da educação especial em cenários diversos.

Referências

- ANDRADE, R. L. G. de; MACHADO, C. Práticas sobre gestão escolar: uma análise a partir do levantamento de teses e dissertações (2009 a 2015). **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.unid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/17>. Acesso em: 11 abr. 2026.
- BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 dez. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial/MEC, 2008.
- CARVALHO, C. L. de; LINO, C. M. Gestão escolar na educação inclusiva: a produção acadêmica stricto sensu paulista e uma realidade escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/69202>. Acesso em: 11 abr. 2026.
- CELLA, R. A influência neoliberal no processo de aprovação da Emenda Constitucional nº 95 e o financiamento da educação brasileira. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade

de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.upf.br/items/bd3c5fa7-222a-4ccd-bd1b-9a6153937c60>. Acesso em: 11 abr. 2026.

CRUZ, F. B. da. Gestão escolar: a importância da gestão escolar. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 2, 2024. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/743>. Acesso em: 11 abr. 2026.

FERNANDES, M. D. E.; BASSI, M. E. A disputa pela construção do Custo Aluno-Qualidade. **Retratos da Escola**, v. 15, n. 33, 2021. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1322>. Acesso em: 18 fev. 2023.

FRANÇA, M. G.; PRIETO, R. G. Financiamento da educação especial no município de Vitória: desafios à gestão. **Educar em Revista**, v. 34, n. 71, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/D8yQgjrwhy6RS99gpzR37bb/>. Acesso em: 20 out. 2025.

FRANÇA, M. G.; MELO, D. C. F. de; ALMEIDA, M. L. de. O financiamento educacional no Espírito Santo: o que dizem os gestores de Educação Especial. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 117, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/SmMYKyRVqQzFQrksRZ6NCks>. Acesso em: 11 abr. 2026.

LIEVORE, P. T. M.; MELO, D. C. F. de. Financiamento da educação especial. **Reflexão e Ação**, v. 33, n. 1, 2025. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/reflex/article/view/19193>. Acesso em: 17 fev. 2026.

MEDEIROS, R. T. de et al. Gestão escolar e inclusão dos estudantes público da educação especial nas escolas comuns. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 105, 2024. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/6017>. Acesso em: 11 abr. 2026.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do conhecimento. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 11 abr. 2026.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, A. A. de; MOURÃO, A. R. B. Gestão escolar democrática e participativa. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 29, n. 59, 2025. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2526-4492025000100105>. Acesso em: 22 jan. 2026.

PORTELA, C. P. de J.; REIS, C. de A. R.; ITABORAI, F. C. S. Gestão escolar e pandemia. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 6, n. 17, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/rbpab/article/view/9198>. Acesso em: 20 out. 2025.

REIS, A. de A.; GOUVEIA, R. A. Além dos professores especializados. **Devir Educação**, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/673>. Acesso em: 20 out. 2025.

SANTOS, D. M.; PANHOCA, I. Gestão escolar e a política nacional de educação especial. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. esp. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10171>. Acesso em: 11 abr. 2026.

SOUZA, M. M. et al. Educação especial e o Fundeb. **FINEDUCA**, Porto Alegre, v. 10, n. 28, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/103690>. Acesso em: 11 abr. 2026.

SOUZA, P. V. B. Efetivação da educação inclusiva para estudantes com deficiência. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Goiás, 2023. Disponível em: <https://www.proquest.com>. Acesso em: 20 out. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Educação já 2022: gestão escolar. 2. ed. São Paulo: Todos Pela Educação, 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: 23 jan. 2026.

Submissão: 30/06/2026. **Aprovação:** 31/07/2026. **Publicação:** 31/08/2026.